

Fundamentos e práticas da formação do trabalhador no Brasil: o legado dos anos 1990

Georgia Sobreira dos Santos Cêa ¹

Resumo

¹ Doutora em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP). Professora adjunta da UFAL, atuando em cursos de licenciatura e no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação. Professora colaboradora externa do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Unioeste. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE/CNPq). Membro do Coletivo de Estudos de Política Educacional (FIOCRUZ/CNPq). E-mail: gecea@uol.com.br

O artigo apresenta os referenciais teórico-metodológicos e os principais resultados de uma pesquisa coletiva que investigou os pressupostos e ações governamentais referentes a políticas de formação do trabalhador no Brasil, implementadas por quatro ministérios (educação, saúde, trabalho e defesa), a partir dos anos 1990. Por meio de análise documental e de estudos bibliográficos, a pesquisa permitiu evidenciar que as políticas de formação do trabalhador no Brasil, a partir da década de 1990, passaram a servir de instrumentos de regulação social do Estado brasileiro, mediando processos relacionados à reforma gerencial do Estado e à legitimação da destinação do fundo público para o setor privado.

Palavras-chave: políticas de formação do trabalhador; Estado brasileiro; fundo público.

Fundamentals and practices of the worker training in brasil: the legacy of the 1990S

Abstract

This article presents the theoretical and methodological references as well as the main results of a collective research that investigated the presuppositions and governmental actions relating to worker training policies in Brazil, implemeted by four ministries (education, health, labor and defense) from the 1990s up to now. Through document analysis and bibliographical studies, the research has made it evident that the workers training policies in Brazil, from the 1990s, began to serve as instruments of social regulation of the Brazilian State, mediating processes related to the management reform of the State and the legitimacy of the allocation of public funding for the private sector.

Keywords: worker training policies; Brazilian State; public funds.

Recebido: 10/Out/2011
Aprovado: 20/Nov/2011

Introdução

Este artigo apresenta os referenciais teórico-metodológicos e as principais conclusões de uma pesquisa coletiva, desenvolvida entre janeiro de 2004 e dezembro de 2007, que teve como ponto de partida a constatação do crescimento da importância atribuída à formação do trabalhador, em função da magnitude das mudanças econômicas e políticas vivenciadas no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990. Essa importância foi evidenciada em estudo preliminar do conjunto de ações formuladas e implementadas pelo Estado brasileiro, em diversos campos das políticas sociais, tendo a formação profissional como frente de trabalho. A partir daí, foram definidas determinadas ações empreendidas pelo Estado brasileiro, a partir dos anos 1990, voltadas para a formação do trabalhador e que se consubstanciaram em objetos de estudo da pesquisa.

No Brasil, significativas mudanças nos campos econômico e político começam a ganhar expressão a partir dos anos 1990, motivo do recorte temporal da pesquisa. Diversas reformas são implementadas, imprimindo novas relações entre o Estado estrito senso e a sociedade civil, norteadas por pressupostos e princípios que têm como horizonte o mercado.

A contemporaneidade dessas alterações históricas, aliada ao acúmulo de discussões e medidas voltadas para a formação do trabalhador, apresenta-se como um desafio sócio-histórico que deve ser apreendido cientificamente. Nesse sentido é que se desenvolveu o projeto coletivo de pesquisa sobre os pressupostos e ações governamentais referentes a políticas de formação do trabalhador no Brasil.

O problema da pesquisa

O problema fundamental que norteou a investigação foi assim formulado: qual estado da arte da formação do trabalhador pode ser revelado por meio da análise dos pressupostos e das ações oficiais do Estado brasileiro, implementadas a partir dos anos 1990?

Acerca da natureza da pesquisa aqui apresentada, sua especificidade está na compreensão que o próprio Estado brasileiro vem se tornando um “produtor de conhecimento” em potencial, a ponto de tornar diversos estudos dependentes de suas formulações e que acabam sendo influenciados pela agenda política e pelo arcabouço jurídico educacional, como assevera Lima (2003). O mesmo autor assinala a necessidade de se identificar a autoria de tais agendas e regulações, para o

que se faz necessário um distanciamento crítico do objeto analisado. Em função dessa advertência teórico-metodológica, a pesquisa em questão identificou o Estado brasileiro como formulador de referenciais teóricos e empíricos e como articulador de ações efetivas voltadas para a formação do trabalhador, constituindo-se, assim, num grande “produtor de conhecimento” sobre o tema.

O argumento teórico que justifica a opção pelo tipo de análise sustentado na pesquisa substancia-se no pressuposto elaborado por Gramsci de que o Estado se torna educador na medida em que disciplina o consenso, de forma a tornar universais as perspectivas e demandas de grupos determinados, as quais se tornam hegemônicas nas lutas empenhadas na sociedade civil. Assim, cabe ao Estado educador, segundo Gramsci (2000, p. 23),

Criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (grifo do autor).

Neves (2005, p. 26) atualiza essa formulação indicando que sob a hegemonia burguesa, o Estado capitalista vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade. No decorrer do século XX, diante das mudanças qualitativas na organização do trabalho e nas formas de estruturação do poder, o Estado capitalista, mundialmente, vem redefinindo suas diretrizes e práticas, com o intuito de reajustar suas práticas educativas às necessidades de adaptação do homem individual e coletivo aos novos requerimentos do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Decerto que os pressupostos assumidos pelo Estado estrito senso para o desempenho de sua tarefa educativa encontram-se em estreita articulação com os movimentos antagônicos que caracterizam a sociedade civil e que as ações do Estado se voltam para esta, com a tarefa de “educar o consenso”. Essa relação orgânica e dialética, entretanto, não subsume uma instância a outra (sociedade política e sociedade civil), de maneira que se torna crucial compreender como o Estado estrito senso elabora seus pressupostos e orienta suas ações, do mesmo modo que é fundamental identificar os movimentos que caracterizam a sociedade civil. Na pesquisa aqui apresentada foi abordado o primeiro caso.

Os objetivos da pesquisa

O objetivo geral da pesquisa foi identificar e sistematizar os pressupostos formulados e sustentados pelo Estado brasileiro, por meio da caracterização e análise das ações oficiais efetivadas a partir dos anos 1990, voltadas para a formação da força de trabalho no Brasil, evidenciando suas relações com o rumo tomado pelo desenvolvimento econômico e com a reconfiguração da estrutura do Estado brasileiro.

As ações analisadas foram aquelas implementadas sob a alçada dos seguintes ministérios: Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Defesa (MD). Tais análises objetivaram, a partir da especificidade de cada uma das políticas tomadas como objeto, identificar as relações acima anunciadas. Esse recorte justificou-se pelo fato dessas áreas e instâncias relacionarem-se com áreas das políticas públicas de grande impacto social, repercutindo mais fortemente sobre a formação ampla da força de trabalho no Brasil.

A análise das ações específicas desses ministérios, voltadas para a formação do trabalhador, obrigou os pesquisadores a buscarem, como segundo objetivo específico da pesquisa, os elementos comuns de diferentes políticas, que deram organicidade aos fundamentos e práticas das ações implementadas. Nesse aspecto, os Planos Plurianuais do Estado brasileiro, elaborados pelos diferentes governos, desde os anos de 1990, se constituíram em fontes fundamentais de análise.

Da mesma forma, a compreensão da estrutura orgânica composta pelo conjunto de políticas analisadas exigiu a identificação das idéias-força que sustentaram e nortearam tal conjunto e que se apresentaram constantes. Aqui ganharam destaque as noções de empregabilidade e empreendedorismo e foi necessário buscar suas origens e postulados fundantes, o que constituiu o terceiro objetivo específico do estudo.

O referencial teórico-metodológico da pesquisa

O referencial assumido na pesquisa alicerçou-se na perspectiva interpretativa e metodológica materialista-histórica, compreendida como uma forma determinada de investigação e apreensão da realidade, pautada no procedimento da derivação dialética (Gorender, 1985). Partindo da identificação dos pressupostos e das características das ações governamentais voltadas para a formação do trabalhador, procedeu-se o exercício de localizar suas contradições internas e de elucidar os

processos, nem sempre visíveis, que relacionavam tais pressupostos e ações com o movimento estrutural da sociedade.

A opção por esse referencial justificou-se, fundamentalmente, pelo fato de que, no capitalismo, a formação do ser social trabalhador² acaba por ser incorporada aos processos educacionais por intermédio do político, compreendido como mediação das relações de produção, que se configura como a instância eficiente para salvaguardar essas relações, na forma de Estado capitalista (Sader, 1998). Portanto, para tratar de política de formação do ser social trabalhador no contexto das relações capitalistas de produção, é necessário tomar a ação do Estado e suas relações com a estrutura econômica como paradigma para a compreensão desse tipo específico de mediação.

A pesquisa orientou-se pela compreensão de que a relação entre os regimes de acumulação e as estruturas formativas não é linear, assim como o caráter fundante da base produtiva sobre as superestruturas não significa absolutização do econômico sobre o político, a ponto de se estabelecer limites rígidos e incommunicáveis entre essas dimensões. Conforme assevera Sader (1998, p. 112),

[...] a verdade da separação entre o econômico e o político no capitalismo é o mesmo do divórcio entre a produção e a circulação; isto é, tem na ideologia sua origem e sustentação. Enquanto atribui esse papel ao político, o capitalismo o esvazia de sentido, relegando-o ao nível da superestrutura. Porém, como as relações de produção continuam a reproduzir o antagonismo entre as classes, o político propaga-se por toda a estrutura, em um rumo exatamente oposto ao da tentativa da sua circunscrição.

Dessa forma, as iniciativas voltadas para a formação do ser social trabalhador – objeto das políticas públicas a cargo do Estado capitalista – constituem-se em elementos de disputa social sobre os conteúdos e formas da educação.

² Na pesquisa, a expressão “formação do ser social trabalhador” ou “formação do trabalhador” foi assumida segundo a perspectiva de Lukács (1981), indicando todas as formas de educação do ser social no capitalismo, mediamente vinculadas ao mundo do trabalho, que objetivam formar o ser social segundo os imperativos do capital. Na educação institucionalizada, alguns conjuntos de saberes, concepções, comportamentos e procedimentos se vinculam, em maior ou menor medida, com mais ou menos intensidade, à forma objetiva da organização do trabalho. As diferentes nomenclaturas que estes conjuntos podem receber – educação profissional, formação profissional, qualificação profissional, treinamento, entre outros – representam distintas conceituações e concepções atribuídas aos vínculos entre o trabalho e a educação. Na pesquisa foram privilegiadas as expressões “formação do trabalhador” e “qualificação profissional”. Ambas foram compreendidas como categorias, pois os fundamentos que lhes substanciam variam em função da configuração que as relações capitalistas de produção vão assumindo. As expressões “qualificação profissional” e “formação profissional” foram adotadas para designar a formação do ser social trabalhador, visando a sua inserção social como força de trabalho que deve ser ativada ou potencializada. Como categorias, elas assumem configurações distintas no tempo, de modo a permanecerem com o caráter de reprodutoras das relações sociais vigentes.

A intencionalidade do capital em estabelecer processos formativos compatíveis com sua necessidade de reprodução pode encontrar seus limites não só na resistência ativa da classe trabalhadora, mas também na própria natureza revolucionária do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, Marx (1968, p. 557) esclarece que

[...] a indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores.

Na intensa luta do capitalismo por sua transformação – condição de sua manutenção histórica –, a formação humana se apresenta como um dos espaços da interseção daquelas dimensões (econômico e político), cujo objetivo é conferir previsibilidade, na medida do possível, às atitudes do ser social crivado pelo valor.

Na transição entre os séculos XX e XXI, são inúmeras e de distintas qualidades as grandes alterações históricas, em todos os setores da vida social, da objetividade material à subjetividade humana. O conjunto de mudanças, longe de designar alterações estruturais no modo de ser do capitalismo, é testemunho dos esforços em curso para manter a atualidade histórica desse modo de produção material da existência, historicamente determinado.

Enquanto o capitalismo exercita uma nova combinação entre o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas e o sentido e dinamismo das relações sociais de produção, as questões atinentes à formação humana vão crescendo de importância. É nesse movimento que se evidencia uma nova configuração teórica e prática de diferentes estruturas e modalidades voltadas para a formação dos trabalhadores.

Para a compreensão dessa nova configuração, a pesquisa aqui apresentada elegeu como principais fontes primárias documentos elaborados pelo Estado brasileiro e dados empíricos por ele divulgados acerca das políticas em questão. O coletivo de pesquisadores teve acesso a mais de uma centena desses documentos e dados. Além disso, foram utilizados como suportes para a análise produções teóricas sobre as relações entre trabalho e educação, além de livros e artigos de outras áreas.

A apresentação dos resultados da investigação foi organizada em três partes: “A formação do trabalhador no Brasil: antecedentes e perspectivas”, “Ações do estado brasileiro voltadas para a formação do trabalhador”, “A formação do trabalhador como objeto de disputa social: os fundamentos assumidos pelo Estado brasileiro”. Convém salientar que

a exposição dos resultados, sinteticamente apresentados a seguir, não reflete o percurso cronológico da pesquisa, mas sim a síntese que se fez dela.

Os resultados da pesquisa

No estudo dos antecedentes e perspectivas da formação do trabalhador no Brasil, o destaque das principais ações do Estado, desde as origens da formação social brasileira, demonstrou como a assunção da formação do trabalhador como uma frente de ação oficial esteve intimamente ligada à constituição econômico-política assumida e desenvolvida ao longo do tempo, ganhando densidade histórica especialmente a partir do processo de industrialização. Desde então, as diferentes configurações do processo de acumulação do capital ensejam diferentes tipos de trabalhadores requeridos pelo mundo do trabalho, dependendo dos contextos econômicos e políticos tornados hegemônicos.

Pelo alto grau de sociabilidade do capitalismo e pela essência revolucionária de sua base produtiva, determinada pela necessidade constante de aprimoramento das formas de produção, circulação e concentração do capital, as demandas objetivas e subjetivas para a formação do ser social ganham novos sentidos, na medida em que as relações se tornam mais complexas. Dessa forma, como afirma Gramsci (2001, p. 266), “Os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro”.

Essa necessidade constante de aperfeiçoamento das objetividades e subjetividades e, portanto, das relações sociais de produção, constitui um processo denominado por Gramsci (2001) de “adaptação psicofísica”³ ou “nexo psicofísico” dos sujeitos históricos. Tal adaptação age como um dos mecanismos de manutenção e aperfeiçoamento da hegemonia da classe dominante.

³ A idéia de adaptação psicofísica é trabalhada por Gramsci no conjunto de suas reflexões acerca da introdução do referencial fordista nas economias capitalistas, nas décadas iniciais do século XX, em especial na Itália. O texto, intitulado “Americanismo e Fordismo”, aborda as implicações históricas e subjetivas daquele referencial, destacando que “A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como ‘sociedade civil’, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio” (GRAMSCI, 2001, p. 258-259). Segundo Simionatto (2002, p. 212), o tema tratado em “Americanismo e fordismo” “[...] contempla uma das mais brilhantes análises sobre o fenômeno americano como forma extrema de ‘revolução passiva’ e de regulação das relações humanas e sociais. Como processo de organização do trabalho, o americanismo não busca rearticular apenas o mundo da produção. Imbrica-se, também, na esfera da reprodução da vida social, já que o controle do capital não incide somente na extração da mais-valia, mas implica, ainda, no consentimento e na adesão das classes à nova ideologia”.

O processo de adaptação psicofísica consiste, basicamente, em adaptar os costumes, desenvolver hábitos e socializar conhecimentos, em conformidade com uma nova forma de trabalho, com novos métodos de trabalho e com novas relações sociais. O processo de adaptação psicofísica não é inato e requer, portanto, assimilação das necessidades e condições de trabalho, envolvendo diferentes dimensões das relações sociais.

A noção gramsciana de adaptação psicofísica do trabalhador deixa claro que o desenvolvimento das forças produtivas no modo capitalista de produção carece sempre de um processo de difusão de conhecimentos, procedimentos e valores que precisam ser incorporados pelos sujeitos das diferentes classes sociais, especialmente da classe trabalhadora, a fim de garantir a efetivação e conferir legitimidade às mudanças necessárias à dinâmica capitalista. As relações de produção, para além de seu componente técnico, ensejam um determinado tipo de civilização econômica que, para ser desenvolvido, requer determinados modos de viver, regras de conduta e certos costumes (GRAMSCI, 2001, p. 50-55).

Os sentidos atribuídos à formação do trabalhador pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990 dão elementos para a compreensão da adaptação psicofísica que se objetiva a partir de então. A análise dos Planos Plurianuais dos governos empossados a partir da referida década indica que o perfil de trabalhador esperado – com espírito competitivo, que deve cambiar em diferentes funções no mundo do trabalho e que deve assumir posturas e valores do mercado como seus principais “conhecimentos” – é condizente com a posição assumida pelo Estado brasileiro, frente à mundialização do capital. Um Estado gerencial, que se exonera da responsabilidade de ampliação do número de vagas no mercado de trabalho e que se exime do financiamento público das políticas de formação para o trabalho; um Estado de marca liberal que investe no consenso ideológico da inevitabilidade e naturalização do desemprego e na idéia de que a qualificação profissional – apresentada como responsabilidade do trabalhador – é a grande arma contra o desemprego.

Em síntese, Zen (2007, p. 83) esclarece o seguinte:

No que refere à formação profissional, os sentidos presentes nos planos plurianuais analisados podem ser organizados em duas grandes dimensões, uma econômica e outra política. O sentido econômico mais geral da formação profissional, presente nos PPAs, atribui ao trabalhador a responsabilidade pela sua inserção produtiva, por meio do aprimoramento da empregabilidade, ou por meio do desenvolvimento do

empreendedorismo. [...] O sentido político [...] pode ser sintetizado na idéia de que o Estado pretende demonstrar, através das iniciativas governamentais representadas pelos programas de formação e qualificação profissional, que cumpre sua função diante da problemática do desemprego, mas se o problema persiste ou se agrava, os motivos devem ser buscados nas esferas externas ao Estado e, em última instância, na atuação dos próprios indivíduos.

A segunda parte dos resultados da pesquisa revela as relações das políticas de diferentes ministérios, voltadas para a formação do trabalhador, com a conjuntura econômica mais ampla.

No campo específico do MEC, a perspectiva da formação geral como pilar da educação do homem contemporâneo é expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do ensino médio. Esses documentos são fontes significativas para a compreensão da interpretação oficial – fundada no senso comum – sobre o tipo e nível de influência das novas configurações técnicas e organizacionais dos ambientes de trabalho e das novas relações sociais de trabalho sobre a educação escolar, num contexto em que o emprego formal deixa de ser a principal modalidade de inserção produtiva dos trabalhadores.

Essa perspectiva é também evidenciada na análise das articulações entre o ensino médio e a educação profissional. Tomando-se como objeto de estudo a reforma da educação profissional iniciada na década de 1990 e seus contextos e desdobramentos – expressos nos decretos 2.208/97 e 5.154/2004 –, a pesquisa evidenciou a permanência da oferta de trajetos formativos que desvinculam a formação para o trabalho da elevação da escolaridade, não obstante as mudanças que tais decretos imprimiram na estrutura e na forma de funcionamento das políticas educacionais, especialmente no que tange à formação dos trabalhadores.

Sintetizando a análise desses documentos, Sandri (2007, p. 139) identifica

[...] dois pressupostos básicos acerca da proposição de formação geral para o trabalho: a) a educação é determinante da riqueza dos países e da posição socioeconômica das pessoas; b) a educação deve ser um processo harmonizador das relações entre capital e trabalho.

No campo das políticas de trabalho a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a pesquisa partiu dos contextos e das características da implementação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e do Plano de Qualificação Social e Profissional (PNQ), que substituiu o primeiro, a partir de 2003. Tais

medidas inauguraram a vinculação orgânica da qualificação do trabalhador com as chamadas políticas públicas de emprego, financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), geridas de forma tripartite pelo Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), e efetivadas de maneira descentralizada, com forte participação do setor privado. Com bases em dados dos respectivos planos do MTE, a pesquisa identificou que ambos orientam-se pela mesma perspectiva individualizante e naturalizante do desemprego e estimulam ações em que prevalece a dicotomia entre formação para o trabalho e elevação da escolaridade. Embora o segundo plano (PNQ) apresente mudanças quanto aos fundamentos e mecanismos operativos, se comparado com o seu antecessor (PLANFOR), mantêm-se inalteradas as estruturas institucionais e os mecanismos operacionais que conferiram ao PLANFOR a condição de política pública renovada, além de também estarem inalteradas as condições estruturais, de caráter macroeconômico, que conferem sentido à qualificação profissional como objeto e frente das políticas públicas de emprego. Assim, mesmo que do ponto de vista conceitual e argumentativo o PNQ possa representar um avanço em relação ao PLANFOR, aquele vem representando um elo de continuidade da política pública de qualificação profissional do Estado brasileiro, visto que esta atua como instrumento de regulação social que beneficia predominantemente o capital, em detrimento do trabalho.

Em relação à especificidade da formação do trabalhador voltada para a qualificação e inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, a pesquisa analisou o caso da profissionalização dos trabalhadores da área da saúde de nível médio (auxiliares e técnicos de enfermagem), levada a efeito pelo Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE), sob responsabilidade do Ministério da Saúde e financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O PROFAE foi oficialmente instituído em 15 de outubro de 1999, pela Portaria nº 1.262 do Ministério da Saúde. Institucionalmente, a formulação e a implementação do PROFAE resultaram de articulações do Ministério da Saúde com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Internacionalmente, o Ministério da Saúde articulou-se com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a viabilização de cooperação financeira, e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para o estabelecimento de cooperação técnica (CÊA, REIS, CONTERNO, 2007, p. 228).

Apesar do referido projeto prever a articulação entre formação profissional e elevação da escolaridade, visto que se volta para uma

população específica, prevalece uma perspectiva formativa aligeirada e superficial, condizente com a política compensatória assumida pela saúde pública no Brasil, aprofundada a partir dos anos 1990, e coerente com a focalização que vêm norteando as políticas sociais e que é expressão da diminuição de recursos para as mesmas. Além disso, considerando seu financiamento, pode-se dizer que

Se, para os trabalhadores, o PROFAE pode representar um “investimento” na própria profissão, uma forma de ampliar a “empregabilidade”, para os empresários da saúde, ao contrário, o PROFAE vem significando um ganho financeiro, oriundo, principalmente, de um fundo público voltado para o “amparo dos trabalhadores”. Antes que um paradoxo, isto é um elemento constitutivo da natureza da política social representada pelo PROFAE, em função de suas estreitas relações com a lógica neoliberal (CÊA, REIS, CONTERNO, 2007, p. 247-248).

Quanto às ações do Ministério da Defesa voltadas para formação do trabalhador, a pesquisa tomou como objeto de análise o Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil/Soldado Cidadão (PAC/Soldado Cidadão), que visa a qualificação profissional em massa de soldados que ingressam no Exército Brasileiro. O referido programa está incorporado ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Governo Federal que, por seu turno, articula-se ao Programa Nacional de Qualificação (PNQ), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Além de reforçar os pressupostos do PNQ, o PAC/Soldado Cidadão, conforme destaca a análise empreendida na pesquisa, alarga a formação dos jovens soldados ingressantes no Exército brasileiro para além dos objetivos militares, sendo ressaltada a necessidade de uma formação para o mercado de trabalho.

O PAC/Soldado Cidadão, em sua essência, é uma iniciativa válida, mas necessariamente precisa romper com a ideologia demiúrgica do mercado. A orientação pedagógica embutida em seu currículo deveria visar não somente uma formação limitada para o trabalho, mas, sobretudo, a formação humana (CAVALCANTE, 2007, p. 278).

Dessa forma, o Estado brasileiro ratifica, no âmbito do Ministério da Defesa, a idéia da qualificação profissional como a sua iniciativa última e mais significativa frente à problemática do desemprego.

O conjunto das análises que constituem a segunda parte dos resultados da pesquisa aqui apresentada traz como principal evidência o fato de que todas essas políticas, para além do caráter de meros planos de qualificação profissional, foram implementadas como instrumentos de

regulação social do Estado brasileiro, mediando processos relacionados à reforma gerencial do Estado e à legitimação da destinação do fundo público para o setor privado. Todas as políticas analisadas são implementadas em parceria com o setor privado – com destaque para as entidades do Sistema S – e com alguns órgãos públicos. O financiamento dessas ações conta, majoritariamente, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o que evidencia a consolidação da destinação do fundo público para a iniciativa privada.

Na terceira parte dos resultados da pesquisa, foram enfatizados os aspectos recorrentes nos fundamentos das proposições para a formação humana subjacentes às políticas analisadas. Identificou-se que essas políticas absorvem acriticamente a noção de trabalho como princípio educativo, seja implicitamente ou explicitamente – como nos casos do PROFAE e do PNQ –, e anunciam uma compreensão deslocada da noção de sociedade civil, afirmando a necessidade de consolidação do chamado “espaço público não estatal” e ratificando a imersão dos desígnios empresariais e de mercado nas políticas sociais a cargo do Estado. Ainda nesta parte, a pesquisa revela que a assunção da idéia do empreendedorismo, abordada explicitamente em todas as políticas analisadas, é expressão ideológica da aceitação da subsunção totalitária do homem ao capital. A alma humana funde-se e se subsume à condição do ser social premida por uma forma historicamente determinada – o capitalismo –, como se este fosse um episódio histórico insuperável. Em síntese, dois aspectos podem ser destacados no que se refere à prevalência da ideia do empreendedorismo subjacente a todas as políticas analisadas:

Primeiro, o enfrentamento da problemática do desemprego, no atual contexto das relações capitalistas de produção, requer uma dupla condição: que os sujeitos busquem, deliberadamente, formas próprias e autônomas de sobrevivência, e que os mesmos se proponham a tomar a iniciativa de empresariar suas individualidades. Segundo, na medida em que a pobreza e a miséria se aprofundam como elementos estruturais do movimento econômico e político em curso, é necessário que sejam administradas, papel que cabe ao Estado, uma vez que o mercado se constitui no espaço, por excelência, do *laissez faire*. Em ambos os aspectos, a qualificação profissional, em especial, e a educação dos sujeitos, em geral, podem contribuir para o governo da miséria e para a contenção de conflitos sociais (CÊA, 2007, p. 313).

Considerações finais

Ao considerar que as políticas de formação do trabalhador são mais do que meras respostas pedagógicas e formativas às mudanças estruturais que afetam todas as dimensões da vida social, a pesquisa demonstrou que o mapeamento e a explicitação dos fundamentos e das ações oficiais voltadas para a promoção dessa formação são instrumentos de compreensão de como a educação do trabalhador se vincula organicamente a processos econômicos e políticos. As evidências da pesquisa constituem o que aqui se chamou de legado dos anos 1990, e que continua em voga na década atual, apesar das mudanças na composição do poder governamental.

A pesquisa aqui exposta, de forma resumida e pontual, buscou contribuir com a reflexão sobre a elaboração e implementação de políticas atuais e futuras, especialmente aquelas que contam com a participação de teóricos e gestores públicos – agentes, por excelência, do Estado educador – envolvidos com as políticas de formação de trabalhadores; especialmente aqueles que, oriundos e declaradamente partidários das classes trabalhadoras, compreendem a sociedade política também como território e expressão das lutas e propostas em jogo na sociedade civil. Servir de veículo para essa contribuição foi um dos intentos desta pesquisa. Além disso, espera-se que o estudo desenvolvido possa provocar críticas e outras investigações que extrapolem os limites teóricos, analíticos e políticos presentes na pesquisa aqui apresentada.

Referências Bibliográficas:

CAVALCANTE, Francisco Leonardo dos S. Reflexões sobre o Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil / Soldado Cidadão. In: CÊA, Georgia S. S. *O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990*. Cascavel: Edunioeste, 2007, p. 253-283.

CÊA, Georgia S. S. Fundamentos da ideia do empreendedorismo e a formação dos trabalhadores. In: _____. *O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990*. Cascavel: Edunioeste, 2007, p. 307-325.

CÊA, Georgia S. S.; REIS, Luiz Fernando; CONTERNO, Solange de F. R. PROFAR e lógica neoliberal: estreitas relações. In: CÊA, Georgia S. S. *O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: pressupostos*

e ações governamentais a partir dos anos 1990. Cascavel: Edunioeste, 2007, p. 227-252.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. 2 ed. São Paulo : Nova Cultural, 1985. Coleção Os Pensadores.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIMA, Licínio C. Editorial. *Revista Investigar em Educação*. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, n. 2, SPCE : Porto, 2003, p. 1-4. Disponível em: <<http://www.spce.org.pt/revista/editorial2.PDF>>. Acessado em: 25 mar. 2004.

LUKÁCS, György. *O trabalho. Ontologia do ser social*. Tradutor: Ivo Tonet. 1981, mimeo.

MARX, Karl. A Maquinaria e a Indústria Moderna. *O Capital: Crítica da Economia Política*, v. 1, parte IV, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 423-579.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

SADER, Emir. *Estado e política em Marx*. 2 ed. São Paulo : Cortez, 1998.

SANDRI, Simone. Os pressupostos da formação geral para o trabalho presentes nos PCNs e nas DCNs do ensino médio. In: CÊA, Geórgia S. S. *O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990*. Cascavel: Edunioeste, 2007, p. 137-160.

SIMIONATTO, Ivete. Cadernos de um revolucionário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 212-215, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 21 jun. 2006.

ZEN, Rosane T. Os sentidos da formação profissional presentes nos Planos Plurianuais a partir dos anos 1990. In: CÊA, Geórgia S. S. *O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990*. Cascavel: Edunioeste, 2007, p. 81-135.